



# informe ASUNIRIO

Associação dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Fundada em 10 de dezembro de 1985

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2011 - Ano 13 - nº 150 \* Distribuição Gratuita \* Criado em 25 de dezembro de 1998

## Rodada de assembleias definirá o rumo da greve

*Estamos há 115 dias em greve*

No dia 2 de setembro ocorreu a reunião do Comando Nacional de Greve para avaliar a situação do movimento grevista a partir do resultado da reunião do dia anterior entre Parlamentares, Centrais Sindicais e o Secretário de Recursos Humanos do MPOG Duvanier Paiva. Conforme relato, nessa reunião ficou evidente que não há, por parte do governo federal, intenção de apresentar contraproposta ao movimento grevista ou retomar a negociação.

Torna-se agora patente que a política do governo é isolar a greve da FASUBRA e vencê-la pelo esgotamento, sem conceder sequer reajuste emergencial (calculado com base na inflação acumulada no período), algo como uma “proposta mínima” que o CNG poderia, eventualmente, submeter às bases para consulta. Outro as-

pecto importante presente nas avaliações feitas no CNG diz respeito à linha praticada pelo governo no tratamento com a FASUBRA de “não negociar com categorias em greve”. Se o governo vencer essa batalha, forçando a categoria a encerrar a greve sem ter conseguido uma única reunião efetiva de negociação, terá criado um precedente para desmobilizar outras categorias do serviço público, desmotivando o exercício do direito de greve.

É importante salientar que a intransigência e a irresponsabilidade demonstrada pelo governo federal em relação à greve e às reivindicações fazem parte de um projeto político geral, de desmantelamento dos serviços públicos a serviço do “ajuste fiscal”, através das privatizações (PL 1749/11), congelamento salarial (PL 549/09), “regulamentação do direito de greve”, ataque às aposentadorias (PL 1992/07), o fim da estabilidade (PLP 248/08), entre outros.

### Diante desse cenário e considerando:

- 1) Que a greve dura 115 dias;
- 2) A intransigência do governo Dilma Rousseff, expressa através do secretário Duvanier Paiva, cujo objetivo é quebrar o movimento grevista e impor grave derrota para a categoria;
- 3) Que a ação impetrada pela AGU no STJ não foi solicitada e/ou autorizada pelos



Acima e embaixo: servidores técnico-administrativos na porta do MEC

Reitores, o que fere frontalmente a Autonomia Universitária;

- 4) Que mesmo questionando a atitude arrogante do governo em desrespeitar os dirigentes das universidades, o CNG-FASUBRA orientou às entidades de base o acatamento da liminar;
- 5) Que esta ação não conseguiu, até o presente momento, decretar a ilegalidade da greve;
- 6) Que as universidades estão recebendo comunicados das Procuradorias solicitando informações sobre o cumprimento da decisão liminar que definiu o percentual de 50% de ocupação da força de trabalho *por setores* e até mesmo a identificação dos trabalhadores em greve;

7) Que há posicionamento contrário, por parte da Andifes, a essas iniciativas das procuradorias, que visam reprimir os trabalhadores em greve.

Ainda assim, diante deste contexto o CNG após avaliação dos informes enviados por algumas entidades de Base, considerando as dificuldades encontradas para mobilização e na manutenção da greve, encaminha rodada de assembleias nos dias 21 e 22/09 para deliberar sobre: Indicativo de saída unificada de greve no dia 26/09 ou pela continuação da greve por tempo indeterminado.

**A Assembleia dos Técnico-Administrativos da UNIRIO dia 21/09, às 12h, no Pátio da Reitoria.**



**FASUBRA obstrui, novamente, votação da EBSEH. Pág. 4**

**Julgada extinta ação contra resolução do TCU. Pág. 2**

**Professor Da Costa é eleito novo o vice-reitor. Pág. 4**

**TV ASUNIRIO no YouTube. Pág. 2**



Continuação de Capa

**ASUNIRIO EM GREVE**

## Comissão é recebida por representante do governo

A comissão da FASUBRA fez uma retrospectiva de todo o processo que levou à paralisação das atividades nas universidades federais, e explicou ao Secretário do Ministro Chefe do Palácio do Planalto que é fundamental a reabertura das negociações com a categoria para que o impasse grevista seja resolvido o mais breve possível.

O secretário quis saber da DN sobre qual é a prioridade da pauta da campanha salarial, e recebeu como resposta que uma sinalização positiva seria atender à reivindicação de recomposição do salário inicial na carreira, hoje composto de R\$ 1.034,00, com elevação desse valor para três salários mínimos.

O representante do governo questionou, então, se haveria possibilidade de a categoria obter esse reajuste de forma parcelada. Como em anos passados a categoria já optou por essa forma de recomposição, a DN afirmou que os técnico-administrativos em educação poderiam se dispor a dialogar neste sentido.

Ao final do encontro, o secretário comprometeu-se a conversar com o Ministro Gilberto Carvalho, com o objetivo de mediar o processo de discussão da pauta de reivindicações com o Ministério do Planejamento, e que posteriormente, daria uma posição para a Direção Nacional da FASUBRA sobre o assunto.

Após deixar o Palácio do Planalto, a direção da FASUBRA repassou os informes da reunião aos membros do Comando Nacional de Greve, que aguardavam na Praça dos Três Poderes, realizando um ato para sensibilizar o Governo Federal a atender aos anseios da categoria.

## Pela retirada do PL 1749 – em defesa dos HU's vinculados às universidades

O modelo de Hospital Universitário defendido pela FASUBRA tem por princípio a defesa da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, vinculada à assistência integrada na rede SUS. Deve ofertar a população serviços públicos de qualidade, enquanto cumpre o seu papel de formar cidadãos e profissionais, cientes de seu papel social na sociedade.

O **PL 1749/2011** – originado na MP-520, representa um ataque frontal aos Hospitais Universitários, no cumprimento do seu papel estratégico na formação de profissionais da área da saúde e produção do conhecimento referenciado socialmente.

A garantia desse perfil de atuação significa a manutenção do atendimento e dos serviços ofertados ao público, de forma gratuita e universal.

**Estamos na Luta pela:** 1) construção de um modelo para os HU's, tanto do ponto de vista do seu financiamento quanto de sua gestão; 2) recuperação das demandas reprimidas de vagas através de concurso público; 3) reconhecimento das peculiaridades do fazer e missão dos HU's (diferenciada dos demais da rede) na concessão do seu financiamento; 4) implementação de um modelo de gestão, que tenha como referência o controle social (Lei 8080-SUS).

O **PL 1749/2011**, que propõem a criação da EBSEH, desvinculando sua gestão das Universidades, contradiz a concepção defendida pelos trabalhadores(as) acerca do modelo de Estado e de Universidade comprometidos com a transformação social. Este Estado não deve se omitir do seu papel de gestor da coisa pública.

A **EBSEH** é incompatível com este modelo, pois reforça a terceirização de pessoal e legaliza a gestão terceirizada nos HU's. O que está em jogo, com a criação da EBSEH é a banalização do papel dos HU's, enquanto espaço de formação e produção do conhecimento.

Reafirmamos que a educação não é mercadoria, é um direito do cidadão e dever do estado. Portanto os HU's não devem ser tratados como meros prestadores de serviços.

A FASUBRA Sindical não abrirá mão da defesa dos serviços públicos de qualidade, pautado por uma política de Estado que assuma o seu papel, na garantia, plena, dos direitos à cidadania para todos(as) e de defender os HU's, contra a implantação de modelos de gestão externa, por entendermos que esta opção compromete o princípio, missão acadêmica e social dos Hospitais Universitários.

## FASUBRA e ANDIFES discutem exigências da AGU, greve e cartão de ponto

A Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA) discutiu, em reunião realizada no dia 1 de setembro, com a Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), o documento enviado a algumas universidades modificando os critérios implantação de ponto eletrônico, a greve e a exigência feita pela Advocacia Geral da União, de que as universidades formulem listas com o nome dos trabalhadores que estão efetivamente em greve.

De acordo com ofícios encaminhados às reitorias, aos quais a FASUBRA teve acesso, a Advocacia Geral da União vem solicitando formalmente às diretorias administrativas das universidades o rol dos servidores técnico-administrativos que pararam suas atividades em função da greve, de forma a identificar se a liminar do Superior Tribunal de Justiça, que estabelece os 50% de servidores trabalhando, está sendo cumprida.

O documento é assinado pelo Procurador Federal Leonardo Maia Pereira, responsável pelo Departamento de Contencioso da Procuradoria-Geral de Tribunais, e estabeleceu prazo até 31 de agosto para que as reitorias informassem o número total de servidores de cada universidade, registros de frequência durante o período da greve e a descrição dos serviços prestados em cada unidade que esteja funcionando com percentual de servidores técnico administrativos abaixo de 50% do corpo efetivo. Segundo o presidente da Andifes, professor João Martins, a questão ainda não foi debatida pela entidade de forma a possibilitar a tomada de posicionamentos da entidade sobre o assunto.

Acerca da greve da categoria, a representação da FASUBRA voltou a solicitar o empenho e apoio da Associação no sentido de ten-

tar solucionar o impasse grevista. A Andifes reiterou sua posição manifestada na Nota Pública, conforme nota publicada no site da Federação. "A Andifes tem buscado elementos e espaços para que a negociação tenha fim, pois se com 100% dos servidores trabalhando a situação da universidade já é difícil, imagine com 50%", disse o presidente da entidade, João Martins.

Outro ponto tratado na reunião foi a decisão oriunda da Administração Pública Federal, de utilizar o ponto eletrônico atualmente empregado para identificar os profissionais que tem direito ao Adicional por Plantão Noturno, recebido por médicos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais, entre outros profissionais, que batem o ponto eletrônico, a todos os servidores indistintamente.

A Associação informou que tem procurado informações junto à Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação, e que existe um movimento por parte da Coordenação de Hospitais, que defende a utilização do ponto eletrônico inclusive que disponibilize, inclusive, dados biométricos do servidor.

Segundo a FASUBRA, a exigência, que tem chegado aos hospitais, vai contra as determinações do Decreto 7186 de maio de 2010, que regulamenta os critérios de fixação do quantitativo máximo de plantões permitido para cada unidade hospitalar e os critérios para implementação do Adicional por Plantão Hospitalar, estabelecendo os profissionais que terão o APH e o quantitativo de plantões realizados semanalmente. A Federação entende que o ofício extrapola as previsões do decreto, exorbitando a hierarquia das normas legais.

**COORDENAÇÃO JURÍDICA E RELAÇÕES DE TRABALHO**

## Julgada extinta ação contra resolução do TCU

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello julgou extinto o Mandado de Segurança (MS 30781) impetrado pelo Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação (Sinagências) contra instrução do Tribunal de Contas da União (PL/TCU 65/2011) que determinava a entrega obrigatória, por parte de autoridades e servidores públicos federais, de autorização de acesso a dados de declarações de ajuste anual do Imposto de Renda (IR) – pessoa física.

Segundo explicou o ministro, a instrução foi revogada pelo TCU por meio do artigo 18 de outra instrução normativa, de número 67/2011. "Torna-se claro, desse modo, que, não mais subsistindo a situação legitimadora do interesse de agir (pela revogação, no caso, do ato ora impugnado), cessa, por completo, o próprio interesse processual na solução do litígio", concluiu Celso de Mello.

No mandado de segurança, o Sinagências afirmou que a instrução contestada era "ilegal e abusiva" por criar regras e sanções não previstas na legislação sobre o tema. A instrução revogada previa, por exemplo, que a não apresentação de autorização de acesso aos dados das declarações de IR acarretaria a impossibilidade de formalização do ato de posse do servidor ou de sua entrada em exercício no cargo. No caso de servidores já empossados, a sanção prevista era a perda do cargo.

## Da Costa é eleito novo vice-reitor da UNIRIO

O prof. José da Costa Filho vence a Eleição na Comunidade Universitária para escolha do Vice-Reitor da UNIRIO, em segundo ficou o prof. Marcello Sampaio e em terceiro lugar o prof. Paulo de Carvalho. A entrega do relatório de prestação de contas da campanha bem como os pedidos de recursos à Comissão foi apresentada na Sala dos Conselhos Superiores, localizada no prédio da Reitoria (Av. Pasteur, 296, 1º andar, Urca).

No dia 05 de setembro, no Auditório novo do CCET, o Colégio Eleitoral reunido homologou o resultado final do Processo Eleitoral. No mesmo evento o reitor prof. Dr. Jutuca fazendo uso da legislação deu posse ao prof. Da Costa. A UNIRIO convida a Comunidade Universitária para a cerimônia de posse do vice-reitor no dia 22 de setembro a partir de 10h, no Auditório Vera Janacópulos. Confira o mapa da apuração abaixo.

### Pólos EAD – Cantagalo, Pirai e SEDE

Totalização	TECNICO ADMINISTRATIVO		
	DOCENTE	ADMINISTRATIVO	DISCENTE
Prof. MARCELLO	39	61	84
Prof. PAULO DE CARVALHO	15	59	180
Prof. DA COSTA	35	64	9
NULO	9	9	2
BRANCO	1	5	2



### HUGG

Totalização	TECNICO ADMINISTRATIVO		
	DOCENTE	ADMINISTRATIVO	DISCENTE
Prof. MARCELLO	39	61	84
Prof. PAULO DE CARVALHO	15	59	180
Prof. DA COSTA	35	64	9
NULO	9	9	2
BRANCO	1	5	2

### INSTITUTO BIOMÉDICO

Totalização	TECNICO ADMINISTRATIVO		
	DOCENTE	ADMINISTRATIVO	DISCENTE
Prof. MARCELLO	32	20	51
Prof. PAULO DE CARVALHO	1	2	6
Prof. DA COSTA	15	2	4
NULO	5	0	0
BRANCO	2	0	3

### REITORIA

Totalização	TECNICO ADMINISTRATIVO		
	DOCENTE	ADMINISTRATIVO	DISCENTE
Prof. MARCELLO	36	72	52
Prof. PAULO DE CARVALHO	4	6	28
Prof. DA COSTA	21	70	21
NULO	7	13	8
BRANCO	0	4	3

### CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Totalização	TECNICO ADMINISTRATIVO		
	DOCENTE	ADMINISTRATIVO	DISCENTE
Prof. MARCELLO	16	4	27
Prof. PAULO DE CARVALHO	4	1	13
Prof. DA COSTA	23	2	194
NULO	0	0	11
BRANCO	0	0	6

### CLA

Totalização	TECNICO ADMINISTRATIVO		
	DOCENTE	ADMINISTRATIVO	DISCENTE
Prof. MARCELLO	3	0	0
Prof. PAULO DE CARVALHO	2	0	2
Prof. DA COSTA	82	21	478
NULO	2	2	7
BRANCO	1	0	2

### RESULTADO FINAL

Totalização	TECNICO ADMINISTRATIVO			Índice
	DOCENTE	ADMINISTRATIVO	DISCENTE	
Prof. MARCELLO	182	172	318	0.13
Prof. PAULO DE CARVALHO	32	69	257	0.04
Prof. DA COSTA	289	168	1008	0.19
NULO	27	25	39	91
BRANCO	6	9	20	35
Aptos a Votar	840	1104	12004	

## ASUNIRIO EM GREVE

# FASUBRA obstrui, novamente, votação da EBSEERH

A sessão ordinária da Comissão Especial que Câmara dos Deputados que analisa o PL 1749/2011, que institui a EBSEERH, passou no dia 14 de setembro, por mais uma tentativa frustrada de votação do relatório do deputado Danilo Forte (PMDB/CE), tendo em vista que no dia 13 já havia sido suspensa a sessão pelo mesmo motivo.

Uma ação massiva da FASUBRA levou para o Plenário 1, cerca de 500 técnico-administrativos que mais uma vez impossibilitaram totalmente a votação. Falando palavras de ordem como “Privatização não”, “Abaixo a terceirização” e “FASUBRA unida, jamais será vencida” a categoria ocupou todas as cadeiras do maior plenário da Câmara dos Deputados, e manifestou o repúdio ao projeto de lei, de autoria do Poder Executivo.

Depois de 50 minutos de iniciada a sessão, o presidente da Comissão, deputado Rogério Carvalho (PT/SE), decidiu suspendê-la e encaminhar o Projeto para ser votado diretamente em pelo Plenário da Câmara em data ainda a ser definida.

**Agressão** – A tentativa acirrou os ânimos entre os policiais legislativos, que

faziam a segurança do local, e os manifestantes. Impedidos de entrar, os técnico-administrativos tentaram forçar passagem, a segurança resistiu e acabou por, em uma ação truculenta, agredir o coordenador de comunicação da FASUBRA, Sandro Pimentel. Empurrado por um dos policiais, ele teve o rosto cortado e levou um murro no abdômen. Após o confronto, o diretor da FASUBRA seguiu para a Superintendência da Polícia Federal, onde deu queixa. Posteriormente foi levado para o Instituto Médico Legal, para passar por exame de corpo de delito.